

Corrupção no imaginário brasileiro: uma discussão a partir das capas de Veja sobre a Operação Lava Jato¹,

Mauricio Pontes Esposito²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo

O artigo propõe uma discussão a respeito da construção simbólica sobre o tema da corrupção que a revista Veja produziu nas capas que dedicou à Operação Lava Jato, entre os anos de 2014 e 2019. O objetivo do trabalho é problematizar o discurso enunciado pela publicação sob a ótica das teorias do imaginário. As discussões baseam-se principalmente nas propostas de regimes de construção simbólica de DURAND (2002) e nos escritos sobre a corrupção no Brasil de SCHWARCZ (2019). Como resultado, mostra-se que a abordagem simbólica proposta por Veja ignorou aspectos históricos e complexos do fenômeno da corrupção no Brasil, apostando em um maniqueísmo para atingir seus objetivos políticos e comerciais.

Palavras-chave

Corrupção, Veja, Lava Jato, Imaginário

Introdução

O fenômeno da corrupção no Brasil é um campo profícuo de estudos em diferentes campos da ciência, assim como tema recorrente dos grandes veículos de imprensa do Brasil, como demonstra a extensa lista de escândalos políticos. Para ficarmos na história recente, considerando o período da redemocratização após o fim da ditadura militar, pesquisadores já identificaram ao menos 65 grandes escândalos envolvendo atos de corrupção no Brasil entre 1987 e 2014 (RIBEIRO et al., 2018).

Chama a atenção que, durante os anos da Lava Jato, um dos mais notórios escândalos políticos surgidos desde a redemocratização, pela primeira vez o tema da

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Imagem e Imaginários, no XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pesquisador do Grupo de Pesquisa Comunicação e Criação nas Mídias, vinculado ao Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica; e-mail: mauricio.p.esposito@gmail.com

corrupção tenha se tornado o problema número 1 para os brasileiros, segundo pesquisas de opinião (MEDONÇA, 2015), mesmo constituindo um fenômeno histórico brasileiro.

Denota-se, diante de tal contradição, a potência do discurso que os principais meios de comunicação do país propagaram durante a cobertura da Operação Lava Jato e, conseqüentemente, instigou a presente proposta de discussão, sobre a construção simbólica a respeito da corrupção que um dos seus mais tradicionais exponentes, a revista *Veja*, teceu em suas capas.

O jornalismo de revista possui especificidades e características que precisam ser consideradas na análise pretendida neste trabalho. A pesquisadora em comunicação Marcia Benetti, em reflexão teórica sobre o jornalismo de revista, evidencia que, para a análise desse segmento específico da atividade jornalística e de sua indústria, é necessário considerar a relação que se estabelece entre a conceituação de jornalismo como um campo de conhecimento e as singularidades da materialidade que o meio revista proporciona, além da influência de interesses econômicos e institucionais que se consolidam nessa relação. Conforme sua argumentação, o jornalismo é uma forma de conhecimento que trata de eventos que dizem respeito às pessoas e à sociedade, e configura também um discurso “que constrói sentidos sobre o mundo de forma lenta, reiterada, fragmentada e emocional” (BENETTI, 2013, p. 45). Assim, continua a autora, o jornalismo, em sua configuração contemporânea, quer definir ao seu público o que é atual, o que deve ser discutido e debatido, o que é relevante – ou seja, o jornalismo não só informa o leitor, mas o guia e o orienta por esse emaranhado de assuntos. Essas características – e aqui destaca-se o ponto relevante para a presente discussão – se aguçam no jornalismo de revista, segundo Benetti, pois trata-se de um jornalismo que, por natureza, configura-se por ser um portador de conhecimento específico e segmentado.

As revistas são dirigidas a interesses pontuais e têm no afeto um dos eixos de contrato de comunicação com os leitores, pois “não é suficiente informar, trazer os principais assuntos e lhes dar estatuto de algo que merece ser debatido. É preciso também construir um vínculo emocional, para que o leitor sinta a revista como ‘sua’” (BENETTI, 2013, p. 47). Vários tipos de jornalismo constroem um modo de conhecimento, segundo Benetti, mas o jornalismo de revista desempenha papel relevante e singular e deve ser analisado menos como um produto e mais como um tipo de discurso.

Embora a análise de Benetti, descrita nos parágrafos anteriores, refira-se genericamente ao jornalismo de revista, e não especificamente às revistas semanais de

notícias, é importante destacar que o meio revista possui um contrato de comunicação implícito e próprio com seus leitores, que consiste em uma delegação, para aquela publicação, para definir o que o leitor deve considerar importante e precisa saber.

A revista semanal de informação, embora ancorada nos acontecimentos da semana e não segmentada, traz em seu modo de produção e construção narrativa elementos de um jornalismo segmentado, de investimento em determinados assuntos, de um tratamento mais acurado da edição e de elementos verbais e não verbais que constituem seu discurso. E nem sempre os assuntos em destaque em uma edição das revistas semanais de informação são baseados nos acontecimentos mais importantes da semana.

Ao privilegiar o estudo das capas, analisa-se a sob um ponto de vista que considera singularidades importantes do meio revista. Segundo livro da jornalista Marília Scalzo, uma análise ampla sobre o segmento do jornalismo de revista, as capas são elaboradas para conquistar leitores, para seduzir e, conseqüentemente, vender (SCALZO, 2011, p. 62). Por isso, argumenta a autora, são uma espécie de resumo irresistível daquela edição, uma vitrine para fisgar e cativar o leitor, sendo o tratamento das imagens que a compõem um dos principais elementos nesse sentido.

A revista Veja, fundada em 1968 pela Editora Abril, detinha uma circulação média de 261.272 exemplares por semana em 2020, considerando as edições impressa e digital (YAHIA, 2021). Mesmo que a publicação tenha perdido leitores de forma gradual em anos recentes, ainda mantinha a liderança de audiência no segmento de revistas semanais jornalísticas.

A revista Veja nasceu para produzir e difundir uma visão de mundo sobre os fatos, ter posições claras a respeito dos acontecimentos – uma publicação que oferece uma interpretação e suas capas são formuladas sob tais diretrizes.

A corrupção no contexto brasileiro: complexidades e diferentes visões

Voltando à questão posta no início deste artigo, como a cobertura da Lava Jato contribuiu para elevar um fenômeno histórico e complexo a patamar de problema número 1 do Brasil, convém trazer para a presente reflexão, sem pretensão de esgotar o tema, discussões sobre como a questão esteve presente em nossa história e diferentes abordagens que tentam explicá-la.

Como escreveu a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, a corrupção no Brasil se manifesta em qualquer época e faz parte do cotidiano do país desde os tempos de colônia.

“Desde fins do século XVI, nas sátiras, sermões, poemas e ofícios, políticos do Brasil eram acusados de enriquecimento ilícito e de práticas como favorecimento, tráfico de influências, nepotismo e abuso de autoridade” (SCHWARCZ, 2019, p. 90).

Nessa arqueologia, a autora lembra que o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, foi autorizado pelo rei português d. João III a conceder “dádivas” a qualquer pessoa que auxiliasse a Coroa a consolidar o domínio português sobre a recém ocupada colônia (SCHWARCZ, 2019, p. 91). Ainda no século XVI, traficantes de escravos que, vindos da África em direção ao Rio da Prata, necessitavam aportar no Rio de Janeiro para reabastecimento sabiam que precisariam pagar uma porcentagem de seus bens para o governador da capitania (SCHWARCZ, 2019, p. 91). Ainda segundo a autora, no século XVII, viajantes marítimos internacionais expressam a contrariedade em aportar no Brasil, pela necessidade de adular os governadores locais com todos os tipos de presente.

A primeira explicação para a disseminação da corrupção no Brasil, ou ao menos uma facilitação para tal prática, era justamente (...) a distância da administração lusitana. O segundo elemento importante era o fato de a colônia ter sido invariavelmente entendida como uma terra de oportunidades e da promessa. (SCHWARCZ, 2019, p. 93)

Práticas corruptas que continuaram prevalecendo quando a corte portuguesa se instalou no Brasil, em 1808. Como lembra Schwarcz na obra citada, no dia em que D. João desembarcou no Rio de Janeiro, recebeu de presente de um traficante de escravos uma das melhores casas da cidade para habitar, estabelecendo um padrão que foi seguido no trato com a Coroa. Como chegou à colônia exaurida de recursos, a corte portuguesa estabeleceu com senhores de engenho, fazendeiros e traficantes de escravos um regime de trocas e negociações de favores em que títulos de nobreza eram vendidos pela realeza.

Schwarcz pondera que, apesar das práticas corruptas, o termo corrupção não era comum na época do Império, dado que a noção moderna de tal prática está atrelada a um tipo de Estado baseado na igualdade de direitos, diferente do modelo de governança da época, no qual o imperador detinha o poder moderador, capaz de anular os demais poderes instituídos.

Como prossegue a autora, são conhecidas as histórias do Primeiro Reinado em que Domitila de Castro, a Marquesa de Santos, amante de d. Pedro I, exercia um poderoso tráfico de influência na corte, mas nos jornais da época e atas da Câmara pouco aparece diretamente a noção de corrupção ou qualquer termo com significado parecido (SCHWARCZ, 2019, p. 97).

No Segundo Reinado, marcado inicialmente por períodos de popularidade do Império e do monarca d. Pedro II, conhecido por sua atuação como patrono das artes, e de prosperidade econômica, advinda das exportações de café, as menções públicas à corrupção não faziam parte dos registros públicos. Assim, “não parece coincidência que (...) vários casos que vinculavam a monarquia a práticas de corrupção – por vezes direta, por vezes, indireta – começassem a aparecer na imprensa sem que pudessem ser abafados pela Coroa” (SCHWARCZ, 2019, p. 98-99).

Na Primeira República, a corrupção se torna tema recorrente em jornais e debates políticos. Segundo Schwarcz, o regime inicialmente combinou novas formas de sufrágio com uma estrutura rural arcaica, gerando o coronelismo, votos de cabresto e fraudes eleitorais. Grandes proprietários rurais dependiam do governo central para a realização de benfeitorias e obras necessárias. O governo central, por sua vez, dependia dos votos de uma população eminentemente rural. Instalou-se, nas palavras da autora, um verdadeiro vale-tudo. Eleitores recebiam orientação sobre em quem votar em troca de benefícios materiais imediatos, senhores combinavam quantos votos cada um proporcionaria ao candidato escolhido para garantir sua eleição, e o governo central só diplomava candidatos da situação.

A imprensa, mais do que denunciar um sistema, dava destaque a casos isolados, como um desvio de recursos na Estrada de Ferro Central do Brasil (1901) e no Hospital Nacional (1902). Entre 1910 e 1912, membros do governo foram acusados de malversação de dinheiro público e, em 1919, juízes foram denunciados por corrupção. Em 1921, continua a autora, sob o presidente Artur Bernardes recaem suspeitas de suborno eleitoral e, em 1922, surgiram denúncias de pagamentos de suborno no Congresso.

Décadas adiante, em 1954, na carta que Getúlio Vargas deixou quando de seu suicídio, relatou como um dos motivos da crise política de então as acusações de

corrupção que seu governo enfrentava. À época, jornais movimentavam a opinião pública contra o presidente da República por suposto beneficiamento ao jornal *Última Hora*, o único veículo de imprensa de expressão que apoiava Getúlio Vargas.

A construção de Brasília, que teve início no final da década de 1950, também foi eivada de suspeitas de corrupção e uma Comissão Parlamentar de Inquérito chegou a ser instalada no Congresso para investigar a relação entre o governo de Juscelino Kubitschek e as empreiteiras responsáveis pela edificação da nova capital do país.

Pedro Henrique Pedreira Campos, especialista na história das grandes empreiteiras brasileiras e em suas relações com o Estado, especificamente durante o regime militar (1964-1985), dedicou, em sua obra *Estranhas Catedrais*, um trecho substancial às denúncias de corrupção envolvendo construtoras, grandes obras e a ditadura. Segundo o autor, a realização de obras públicas é uma área privilegiada em acusações de irregularidades envolvendo agentes estatais e empresários. Durante o regime militar, contudo, devido à censura da imprensa e às restrições às liberdades civis, poucos foram os casos que vieram a público, o que “evidencia obviamente não o menor número de casos, mas o amordaçamento dos mecanismos de fiscalização e divulgação das irregularidades, que, crê-se, era até mais frequentes” (CAMPOS, 2015, p. 399).

O economista e pesquisador brasileiro Marcos Fernandes Gonçalves da Silva, com larga produção acadêmica de reflexão sobre corrupção, argumenta – no relatório de pesquisa na década de 1990 intitulado “A Economia Política da Corrupção: o Escândalo do Orçamento” – que o fenômeno, embora sempre existente, define-se historicamente quando algumas sociedades a delimitam no âmbito de uma ilegalidade e de um crime, resultado de uma evolução das regras que regulamentam a conduta dos agentes públicos, isto é, políticos e funcionários da burocracia estatal (SILVA, 1995, p. 6).

A definição de corrupção utilizada pelo autor, que se relaciona com a do código penal brasileiro e com todas as outras listadas por ele em seu ensaio, está amparada em uma concepção de Estado moderno burocratizado e profissionalizado, que superou historicamente, nas sociedades ocidentais, o Estado pré-moderno que, na visão do autor, possuía quatro características básicas: é uma extensão da monarquia, não havendo distinção entre o orçamento do rei e o orçamento do Estado; é considerado propriedade

do soberano; não possui uma clara definição de sociedade civil; constitui-se dentro do chamado patrimonialismo, segundo definição do sociólogo alemão Max Weber.

Para Weber, patrimonialismo é uma forma de dominação social em que o chefe ou grupo dominante desenvolve uma administração que serve apenas como instrumento do mandatário, no âmbito do Estado pré-moderno (WEBER, 1978, p. 232, tradução livre).

Estudiosa da corrupção e uma referência no tema, Susan Rose-Ackerman, autora do livro *Corruption and Government*, enfatiza que a economia é uma ferramenta poderosa para o entendimento do fenômeno, embora não deixe de considerar a influência de fatores culturais e políticos como relevantes para a compreensão da questão. Rose-Ackerman argumenta que a corrupção é um sintoma de “algo errado” no gerenciamento do Estado. Se existe corrupção, as instituições estatais são usadas não para o bem comum, mas para o enriquecimento pessoal de corruptos.

A pesquisadora do direito Isolda Lins Ribeiro defendeu, em trabalho apresentado em 2010 no XIX Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (Conpedi), um olhar jurídico-antropológico sobre a corrupção no Brasil, como forma de buscar as origens de tais práticas, principalmente a origem patriarcal da nossa sociedade e no patrimonialismo estatal (RIBEIRO, 2010, p. 8411).

Para a autora, muitos dos argumentos que embasam as discussões contemporâneas sobre a corrupção e formas de combatê-la problematizam o fenômeno sob um viés econômico. Ribeiro, no trabalho supracitado, contudo, busca adotar um viés diverso para compreender a origem das práticas de corrupção no Brasil, apontando uma limitação para o entendimento do fenômeno apenas do ponto de vista jurídico (RIBEIRO, 2010, p. 8412). Para a pesquisadora, a raiz da corrupção no Brasil está no patriarcalismo e patrimonialismo da sociedade brasileira, conceitos definidos pelos pensadores brasileiros Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro e desenvolvidos e trabalhados por diversos outros autores desde então. De acordo com HOLANDA (1995), a sociedade brasileira formou-se primeiramente dentro das fronteiras da propriedade agrícola, fundada em uma cultura patriarcal, reinado absoluto do senhor de engenho. Quando a sociedade se expande para fora do engenho, ou seja, para além das fronteiras domésticas, na formação inicial de vilas e cidades, dotadas de uma burocracia estatal, os filhos e parentes dos senhores passam a ocupar os novos postos do governo.

De acordo com Raymundo Faoro, desde os tempos da colônia até a primeira metade do século XX sobreviveu no Brasil um capitalismo politicamente orientado, ou pré-capitalismo (FAORO, 2001, p. 866). O grupo político instalado no poder central comandava e orientava a esfera privada dos negócios, sem fronteira estabelecida. Dessa forma, prossegue o autor, a sociedade brasileira se forma nesse contexto de constante ultrapassagem entre os limites do público e do privado. “Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo — assim é porque sempre foi” (FAORO, 2001, p. 866).

O sociólogo Jessé Souza, na obra *A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato* (SOUZA, 2017), faz uma crítica ao pensamento sociológico no Brasil que explica a corrupção como um fator cultural. Souza critica especificamente o conceito de patrimonialismo, argumentando que a ideia de que o Estado brasileiro foi sempre habitado por uma elite corrupta, que orienta e influencia as ações estatais para que seus interesses políticos e econômicos prevaleçam e sejam atendidos, é uma construção discursiva predominante que, ao mesmo tempo, esconde e legitima uma real estrutura de dominação perpetuada pelas elites econômicas do país.

Para Souza, ao elevar o patrimonialismo a um dos principais problemas nacionais, o pensamento sociológico predominante no Brasil reproduz o pensamento liberal conservador, que teria como pressuposto a teoria da modernização. Essa linha de pensamento, que se origina nos Estados Unidos do segundo pós-guerra do séc. XX, explica a diferenciação entre sociedades por uma herança cultural. No caso, segundo Souza, o que estaria implícito no conceito de patrimonialismo é a assunção de que a herança cultural do protestantismo individualista estadunidense se tornou um paradigma insuperável para a constituição de uma sociedade desenvolvida e democrática, diametralmente oposta à tradição ibérica que prevaleceu no Brasil. O conceito de patrimonialismo, segundo Souza, aceita acriticamente a noção do brasileiro “vira-lata”, inferiorizado, que tem como principal capital as relações pessoais, habitante de uma sociedade que não chegou, ainda, a ter uma relação profissional e moderna com o Estado. Jessé Souza não nega a existência do patrimonialismo. Sua crítica alerta, no entanto, que a ênfase no conceito e sua elevação à categoria de maior problema nacional esconde relações de poder intrínsecas ao capitalismo e acabam por demonizar o Estado e enaltecer

o mercado. Segundo Souza, o tema do patrimonialismo, ou seja, da elite agindo dentro do Estado, usando-o para seus fins, esconde a verdadeira corrupção sistêmica representada pela mais recente forma do capitalismo, o financeiro.

Em artigo de 2017, os pesquisadores Paulo Vaz e Fernando Velasco notavam que o tema da corrupção e sua ligação com a política havia se tornado um ponto de convergência na sociedade, alçada à principal explicação das mazelas do país. Os autores, no referido trabalho, buscavam questionar a análise simplista presente de que o combate à corrupção fortaleceria a democracia brasileira. Vaz e Velasco (2017) problematizavam a noção de corrupção política como principal mal social na medida em que “absorve a totalidade da insatisfação dos cidadãos em relação a seus representantes”, e alertavam para o aprofundamento da distância entre representados e representantes, inibindo uma participação política mais efetiva (VAZ; VELASCO, 2017, p. 65).

Vaz e Velasco apontavam, em seu artigo, que o protagonismo da corrupção não deveria ser entendido como uma “jabuticaba” nacional, mas sim uma questão global, como questão política e midiática (VAZ; VELASCO, 2017, p. 66). Para os autores, o surgimento da corrupção como tema principal do debate político é contemporâneo a um desencantamento ideológico das décadas finais do século passado, que leva a um enfraquecimento da ação política visando a coletividade e a uma consequente valorização da individualidade e da compreensão da política sob uma lógica gerencial empresarial, de eficiência e correta alocação de recursos. Dessa forma, seriam previsíveis a atual predominância dos escândalos de corrupção, investigações e articulações entre promotores, policiais e juízes com a mídia.

Manuel Castells, discorrendo sobre a crise da legitimidade política na contemporaneidade, argumenta que a corrupção talvez não tenha aumentado de forma substancial em tempos recentes, mas, sim, que tenham aumentado a publicidade que se faz sobre casos de corrupção, a percepção de corrupção e o impacto dessa percepção na opinião pública. “A conexão entre exposição à corrupção política e a queda da confiança política pode ser diretamente relacionada com a dominância da política da mídia e da política de escândalos na condução dos negócios públicos” (CASTELLS, 2015, p. 343).

A pesquisadora e analista junguiana Denise Ramos propõe-se a discutir a corrupção no Brasil como um sintoma de um complexo cultural, conceito desenvolvido por Thomas Singer e Sam Kimbles para tentar identificar se sintomas compartilhados por

um grupo social se organizam em torno de um complexo, na concepção proposta pelo psicanalista Carl Jung, uma reunião de ideias e imagens carregadas emocionalmente em torno de um centro arquetípico (RAMOS, 2004, p. 102). Conforme sua proposição, a corrupção seria também um sintoma de uma patologia na identidade cultural do Brasil, originado pelo menos parcialmente de um complexo cultural de inferioridade.

Ramos argumenta que há um sentimento de inferioridade no brasileiro em relação a outras nacionalidades, especificamente as dos países com maior desenvolvimento socioeconômico. As causas para tal complexo cultural de inferioridade, segundo a autora, podem estar em traumas da origem do Brasil, marcada pela colonização e a escravidão. A cultura brasileira sofreria de um trauma de nascimento, que se reflete em vários tipos de comportamento, incluindo a corrupção.

A corrupção nas capas de Veja e o imaginário

Autor de estudos seminais sobre o imaginário, o antropólogo francês Gilbert Durand argumenta que a consciência ocorre por graus de imagens, seja quando os objetos parecem estar presentes em nossas mentes ou quando não se apresentam à nossa sensibilidade, ou seja, estão ausentes e precisam ser re-(a)presentados por meio da imagem, em sentido amplo (DURAND, 1988, p. 10-11).

Como escreveu Lucia Leão a respeito do pensamento do antropólogo francês, “todo pensamento tem sua matriz nas imagens, imagens essas que indicam o tipo de sistema simbólico que permite ‘o ser no mundo’ do pensamento” (LEÃO, 2009, p. 310).

Assim, chega-se ao conceito de imaginário conforme proposto por Durand, explicado “como uma re-presentation incontornável, a faculdade de simbolização de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente desde os cerca de um milhão e meio de anos que o *homo erectus* ficou em pé na face da Terra” (DURAND, 1998, p. 117).

Como vimos anteriormente, Durand definiu o imaginário como “o conjunto das imagens e relações de imagens que constituiu o capital pensado do *homo sapiens*” (DURAND, 2002, p. 18), uma bacia semântica para a humanidade, museu de todas as imagens passadas, presentes e futuras. Durand investigou o simbolismo imaginário por

meio da antropologia, entendida como o conjunto das ciências que estudam a espécie, buscando as motivações que levam pessoas a elaborar símbolos, a troca incessante existente no nível do imaginário entre “pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social” (DURAND, 2002, p. 41).

Nas capas de Veja selecionadas para o presente trabalho, denota-se que a os elementos de complexidade do fenômeno da corrupção desaparecem, sendo retratados os personagens que, de alguma forma, segundo as reportagens da revista, participavam dos esquemas de desvio de dinheiro: delatores, empresários, funcionários públicos, operadores financeiros e, principalmente, lideranças políticas acusadas.



Capas das edições de 16/04/2014 (esq.), 13/08/2014 (centro) e 17/12/2014 (dir.)

A corrupção, quando não associada a alguma pessoa, é simbolicamente ligada aos partidos políticos que estavam no governo na época da Lava Jato, PT e PD/PMDB, ou a grupos empresariais.



Capas das edições de 19/08/2015 (esq.), 14/12/2016 (centro) e 20/09/2017 (dir.)

Em maio de 2017, quando surgiram as denúncias envolvendo o então presidente Michel Temer, após a revelação parcial do conteúdo da colaboração premiada de executivos e acionistas do grupo empresarial JBS, Veja chega a publicar uma capa com um texto editorial, manifestando seu profundo desgosto com a classe política por causa dos fatos da Lava Jato, mas novamente colocando a ocorrência da corrupção apenas como desvio de conduta da classe política.



Capa da edição de 24/05/2017

Discussão

Dentro dos limites impostos pela atividade jornalística, de tempo, espaço editorial e do próprio interesse dos leitores sobre os assuntos retratados, não seria prudente esperar do jornalismo praticado pelos grandes meios de comunicação profundidade e abordagem histórica de cada fato selecionado para destacar as edições das diferentes publicações. No entanto, ao reduzir a corrupção apenas a uma questão de desvio pessoal ou de pequenos grupos, perde-se a oportunidade de contextualizá-la, contribuindo para um debate mais qualificado.

Como principal revista semanal jornalística do País, Veja poderia, hipoteticamente, oferecer discussões sobre mudanças institucionais, culturais, jurídicas em direção ao combate à corrupção, no lugar de se contentar, para fins comerciais e

políticos, a limitar o tema a determinando grupos políticos, em uma simbiose discursiva com a força-tarefa da Operação Lava Jato.

Afinal, muitos pesquisadores debatem até se o famoso “jeitinho brasileiro”, isto é, aquelas pequenas transgressões de regras e leis cometidas cotidianamente por nós, e a troca de favores, tão presente em nossa cultura, podem ser consideradas como fomentadoras ou não de um ambiente mais propício à corrupção (NEHER, 2017). Independente do teor dessa e de outras discussões sobre corrupção, o reducionismo do debate proposto por Veja contribui para uma rejeição à classe política e à própria atividade, com resultados nefastos para a democracia.

Referências bibliográficas

BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges (orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 44-57.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais*. Rio de Janeiro: Eduff, 2015.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Comunicação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2015.

DURAND, Gilbert. *A Imaginação Simbólica*. São Paulo: Cultrix, 1988.

_____. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *O Imaginário*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LEÃO, Lucia. Processos de Criação em Mídias Digitais: passagens do imaginário na estética da transcrição. *9º Encontro Internacional de Arte e Tecnologia*, 2009. E-book.

MENDONÇA, Ricardo. Pela 1ª vez, corrupção é vista como maior problema do país, diz Datafolha. *Folha de S.Paulo*, 29 nov. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1712475-pela-1-vez-corrupcao-e-vista-como-maior-problema-do-pais.shtml>. Acesso em: jan. 2021.

NEHER, Clarissa. O que há de corrupção no jeitinho brasileiro?. *DW*, São Paulo, 23 ago. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-h%C3%A1-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-no-jeitinho-brasileiro/a-40206625>. Acesso em: maio 2021.

RAMOS, Denise G. Corruption: Symptom of a Cultural Complex in Brazil? In: SINGER, Thoma; KIMBLES, Samuel L. *The Cultural Complex: Contemporary Jungian Perspectives on Psyche and Society*. New York: Brunner-Routledge, 2004.

RIBEIRO, Haroldo V. et al. The dynamical structure of political corruption networks. IN: J. *Complex Networks*, n. 6, p. 989-1003, 2018.

RIBEIRO, Isolda Lins. Patrimonialismo e personalismo: a gênese das práticas de corrupção no Brasil. *Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI*, 2010.

ROSE-ACKERMAN, Susan; PALIFKA, Bonnie J. *Corruption and Government: Causes, Consequences and Reform*. Cambridge: Cambridge Press, 2016. E-book.

SCALZO, Marília. *O Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. *A Economia Política da Corrupção no Brasil: o “escândalo do orçamento”*. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: 1995. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13335/Rel03-95.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: mar. 2021.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

VAZ, Paulo; VELASCO, Fernando. Corrupção: problema e questão. In: *Revista Compólitica*, 2017, vol. 7 (2), p. 63-86.

YAHUA, Hanna. Revistas sofrem grande queda de circulação impressa e digital em 2020. *Poder 360*, Brasília, 14 mar. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/revistas-em-2020-circulacao-impressa-e-digital-despencam/>. Acesso em: mar. 2021.

WEBER, Max. *Economy and Society*. Berkeley/Londres: University of California Press, 1978.

